

This file has been cleaned of potential threats.

If you confirm that the file is coming from a trusted source, you can send the following SHA-256 hash value to your admin for the original file.

d081234b741cbb3861f85b101cacb376b25f7e791b2d4f55d8e2e697254bece9

To view the reconstructed contents, please SCROLL DOWN to next page.

Página Inicial

O Correio

Fale Conosco

Boletim Diário

Expediente

Arquivos

Seja um colaborador

Perseguida política, a advogada Eloisa Samy denuncia os abusos do Estado

Dados oficiais maquiagem vários processos de re Mais notícias

ISSN 1983-697X

segunda, 21 de julho de 2014 0:46:31

Boletim Diário

Para assinar o boletim de notícias preencha o formulário abaixo:

Plínio em Imagens



[Confira a vida de Plínio](#)

Plínio de Arruda

MEMÓRIA

Confira os textos em homenagem a Plínio

[Leia Mais](#)

Brasil nas Ruas

Confira os artigos sobre manifestações e movimentos sociais no Brasil.

[Arquivo - Artigos](#)

Aúdios

Confira o arquivo de entrevistas em áudio.

[Arquivo - Áudios](#)

Artigos

Memória Plínio de Arruda

Brasil nas Ruas

Política

Social

Internacional

America Latina

Economia

Meio Ambiente

Cultura e Esporte

Resenhas

Notas em Destaque

Resenha

Por que

Hidrelétrica São Manoel: Cronologia de mais um desastre - Parte II



ESCRITO POR TELMA MONTEIRO
SEGUNDA, 19 DE AGOSTO DE 2013



Nesta segunda parte do imbróglgio do processo de licenciamento da UHE São Manoel, ficam patentes as artimanhas, o cinismo e o desespero da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para viabilizar o projeto em tempo para o leilão de energia de dezembro de 2011. Como a EPE tenta manipular informações para evitar aprofundar os estudos ambientais. Os técnicos do Ibama e da Funai continuaram apontando as inconsistências e pedindo complementações. O Ministério Público empreende sua *via crucis* junto ao judiciário, para evitar o desastre.

As falhas gritantes nos estudos ambientais e no Estudo do Componente Indígena (ECI) se acumulam e já seriam mais que suficientes para ter justificado a anulação do EIA/RIMA e do processo de licenciamento da UHE São Manoel. É de estarrecer, também, a afirmação da EPE de que os projetos hidrelétricos no PAC 2 somam 80% com algum grau de interferência com Terra Indígena.

EPE em desespero

No início de 2010, a EPE enviou ao Ibama o EIA/RIMA desenvolvido em 2009, mas sem os Estudos Socioambientais do Componente Indígena (ECI). Em março, o Ibama expediu um ofício - 263/2010 - informando a recusa de análise do EIA, pois sem o ECI ele estava incompleto. Esse ofício, assinado pelo então Diretor de Licenciamento Ambiental, Pedro Alberto Bignelli, comunicava também que a solicitação de Licença Prévia estaria desconsiderada e, apenas com o estudo entregue em sua totalidade, deveria ser reapresentada ao Ibama.

Em abril, o diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais da EPE, Amílcar Guerreiro, em resposta ao Ibama, traduziu seu desapontamento diante da decisão. Afinal, o leilão da UHE São Manoel previsto para acontecer em 2010 seria prejudicado. Inconformado, Amílcar Guerreiro informou que as complementações pedidas pela Funai estariam concluídas em junho e que, diante disso, não cabia o entendimento de que o EIA da UHE São Manoel estivesse incompleto.

A Funai recusa as complementações

As complementações do ECI foram encaminhadas pela EPE em 17 de agosto de 2010. A Funai, no entanto, expediu um ofício em 25 de agosto, informando à EPE que, após uma checagem do ECI, constatou que ele não possuía elementos suficientes para análise técnica e que estava em desacordo com o Termo de Referência.

Seguiu-se uma extensa lista entre quesitos insuficientes e não atendidos. Foram ao todo 30 itens. Para finalizar, a Funai pede ainda a reinterpretação da análise de viabilidade dos documentos, pois na conclusão do EIA/RIMA não foram considerados os impactos sobre os povos indígenas.

O Ibama rejeita o EIA e o MPF se manifesta

Ainda em agosto de 2010, o Procurador da República do Ministério Público Federal de Mato Grosso, Mario Lucio Avelar, oficializa o Ibama, reiterando o pedido de informações sobre o processo de licenciamento de todos os empreendimentos hidrelétricos na bacia do rio Teles Pires.

Dando continuidade ao processo de licenciamento, o Ibama fez a checagem do atendimento do TR do EIA/RIMA da UHE São Manoel. Emitiu parecer técnico em 14 de setembro de 2010, em que apontou 33 pendências, entre elas das complementações do ECI já mencionadas pela Funai. O EIA/RIMA foi rejeitado pela equipe técnica do Ibama, uma vez que ele não atendia ao TR.

A Funai endurece

As principais pendências do EIA/RIMA continuaram sendo as complementações dos Estudos do Componente Indígena (ECI) e isso se confirmaria meses depois, já em janeiro de 2011. Um ofício da Funai para a EPE informava que, para o prosseguimento de qualquer atividade no processo, antes da emissão da LP, era preciso reformular os Estudos do Componente Indígena em onze itens específicos. Até então, esses estudos se referiam à UHE São Manoel e à UHE Foz do Apiacás - Terras Indígenas Kayabi, Mundurucu e Pontal dos Apiacká.

O estudo só seria aprovado depois de reformulado e após a realização de reuniões em terras indígenas *"com linguagem e metodologia adequadas"* previamente submetidas à Funai. Mais ainda, a

Arquivo - Editoriais

Vídeos

Plínio: "VIVA O BRASIL"



O Correio publica a saudação final de Plínio, no último debate à campanha presidencial de 2010, promovido pela rede Globo.

[Leia mais...](#)

Vídeos - Arquivos

Colunistas

Política

- Léo Lince
- Wladimir Pomar
- Waldemar Rossi
- Fernando Silva
- Frei Betto

Dicionário da Cidadania

Internacional

- Luiz Eça
- Virgílio Arraes
- Ramez Philippe Maalouf

Eduardo Gudynas

Achille Lollo

Economia

Guilherme Delgado

Paulo Passarinho

Paulo Metri

Ambiente e Cidadania

Danilo Pretti Di Giorgi

Rodolfo Salm

Rogério Grassetto

Teixeira da Cunha

Telma Monteiro

Cultura e Esporte

Gabriel Perissé

Cassiano Terra

Rodrigues

Gabriel Brito

Ex-colunistas

Osiris Lopes Filho



participar da política?



Em homenagem a Plínio de Arruda Sampaio, o Correio republica resenha de seu livro, lançado em novembro de 2010 pela editora Sarandi.

[Leia mais...](#)

Arquivo de Resenhas



Especiais

- Especial 50 anos do Golpe Militar
- Especial MST 30 anos
- Entrevistas e matérias da Redação em 2013
- O Brasil e o petróleo em 2013
- Da (Anti)Reforma Urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades
- Entrevistas da Redação em 2012
- Políticas Culturais em Debate
- Belo Monte, Belo Monstro
- Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida
- Especial Política Econômica
- Setor elétrico: uma história de descaminhos
- Léo Lince: Reforma Política
- Pacote Ecológico de Crescimento: Energia Elétrica
- Trabalho: fixo, errante ou fragmentado
- Hugo Chávez e a "liberdade de imprensa"
- Previdência: uma longa história de

fundação destacou que, só depois do cumprimento integral das condicionantes do componente indígena da UHE Teles Pires, teria condições de avaliar os processos de licenciamento dos empreendimentos a jusante. Portanto, ficava aí estabelecida, pelo menos para a Funai, a relação entre o processo da UHE Teles Pires, já adiantado, e os demais processos da UHE São Manoel e da UHE Foz do Apicás.

O cinismo da EPE

Em 21 fevereiro de 2011, Amílcar Guerreiro, diretor da EPE, envia um ofício a Aluísio Atonio C. Guapindaia, diretor da Funai, onde manifesta sua preocupação com o rumo que o processo está tomando. Ele se reporta a outro ofício da Funai, de que teve conhecimento, mas que não foi protocolado na EPE e que, segundo ele, punha em risco o desenvolvimento do potencial hidrelétrico brasileiro, em especial de projetos na região Amazônica.

Numa apologia à importância da energia elétrica nas sociedades modernas, Amílcar Guerreiro profetizou que, diante da postura da fundação, os brasileiros estariam condenados a sofrer os males provocados pela construção de projetos termelétricos em larga escala. O potencial hidrelétrico é patrimônio da União, apregouou ele, segundo a Constituição Federal.

Não poderia deixar de mencionar a urgência do PAC. Então, acaba entregando um dado estarrecedor ao mencionar que, de 48 projetos hidrelétricos, 18 atingem áreas de Terras Indígenas. Vai mais longe ao afirmar que 16 projetos, embora não estejam diretamente em TIs, estão a menos de 50 quilômetros delas, como a UHE São Manoel e a UHE Foz do Apicás. Ainda confirma que os projetos hidrelétricos no PAC 2 somam 80% com algum grau de interferência com TI.

Amílcar Guerreiro se mostra inconformado com a decisão da Funai de condicionar a análise dos ECI de São Manoel e Foz do Apicás ao cumprimento das condicionantes da UHE Teles Pires. Usando um tom jocoso afirma que as usinas São Manoel e Foz do Apicás "não atingem um hectare de TI demarcada, nem sequer de áreas pretendidas para ampliação da TI demarcada. A propósito (cinismo), o ECI revelou que a demarcação das terras é uma genuína preocupação das comunidades indígenas que parece ser muito maior do que a implantação das usinas. Se nesses casos a Funai se posiciona da forma como fez no (ofício), o que esperar com relação ao licenciamento dos projetos que atingem diretamente território indígena?".

O diretor da EPE anexou uma tabela (ver abaixo) das UHEs previstas no PAC 2 e as distâncias das TIs. São Manoel está a 700m e Foz do Apicás a 230m da TI Kayabi.

A EPE protocolou a reformulação do ECI na Funai em 27 de julho de 2011. A partir daí a Funai comunicou que passou a considerar o estudo apenas para a UHE São Manoel e não mais para a UHE Foz do Apicás.

ANEXO I
Usinas hidroelétricas consideradas no PAC 2

Usina	Rio	Usina atinge área de TI	Potência em MW			
			Distância (d) da usina à TI mais próxima	d < 10km	10km < d < 50km	d > 50km
Bacia do rio Araguaia						
1	Garças III	Garças	75			
2	Montes II	Montes	310			
3	Santa Isabel	Araguaia			1.087	
Bacia do rio Aricaúã						
4	Sumauma	Aricaúã		408		
Bacia do rio Branco						
5	Bom Querer	Branco	708			
6	Paredão	Mucajal			199	
7	Paredão M1	Mucajal			70	
Bacia do rio São Francisco						
8	Pompéu	das Velhas			209	
9	Formoso	Das Velhas				342
Bacia do rio Doce						
10	Craçaque	Doce		48		
11	Travessão	Manhuaçu			55	
12	Resplendor	Doce	184			
Bacia do rio Juína						
13	Pocilga	Juína	48			
Bacia do rio Juruena						
14	Apicás-Kayabi	dos Peixes	206			
15	Castanheira	Arimos			152	
16	Enkatsa	Juruena	583			
17	Escondido	Juruena	1.248			
18	Foz do Formiga Baixo	Juína	150			
19	Foz do Sacre	Papagaio	164			
20	Jacaré	Juína	63			
21	Salto Augusto	Juruena	1.461			
22	Salto do Uteriti	Papagaio	107			
23	São Simão	Juruena			3.509	
24	Tucumã	Juruena	633			
Bacia do rio Kabiara						
25	Kabiara	Sangre	241			
Bacia do rio Madeira						
26	Tabajara	St-Paraná			350	
Bacia dos rios Oiapoque e Araguari						
27	Ferreira Gomes	Araguari			252	
28	Cachoeira Caldeirão	Araguari			134	
Bacia do rio Paraná						
29	Cachoeirinha	Chopim			45	
30	São João	Chopim			63	
31	Paranhos	Chopim			63	
Bacia do rio Paranabalba						
32	Paraiso	São Marcos				51

- Jorge Almeida
- Henrique Júdice
- Fábio Luiz
- Mateus Alves
- Luiz Antonio Magalhães

A Ordem na Mídia

Mídia e autoridades: revisionismo histórico e submissão nos 50 anos do golpe militar

Não surpreende que os posicionamentos de Dilma e Celso Amorim tenham desapontado aqueles que até hoje travam batalhas ideológicas e judiciais por punição aos militares. No entanto, precisamos estudar a fundo se esse aparente recuo não revela uma submissão ainda considerável à caserna e aos cães de guarda do regime.

[Leia mais...](#)

Arquivo - A Ordem na mídia



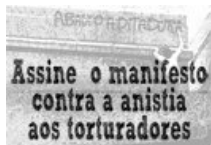
fabricação de mitos
rumo à privatização

- A não declarada Política Nacional de Meio Ambiente
- Previdência: dossiê das falácias
- Biocombustíveis em questão

■ Charge



■ Arquivo de Charges



■ Artigos por data

Jun	Julho 2014	Ago
D	S	T
Q	Q	S
S	S	S
	1	2
	3	4
	5	
6	7	8
	9	10
11	12	
13	14	15
	16	17
	18	19
20	21	22
	23	24
	25	26
27	28	29
	30	31

■ Links RSS

- RSS 1.0
- RSS 2.0
- RSS 0.91
- ATOM 0.3
- OPML SHARE IT!

Usina	Rio	Usina atinge área de TI	Potência em MW			
			Distância (d) da usina à TI mais próxima	d < 10km	10km < d < 50km	d > 50km
Bacia do rio Tapajós						
33	Cachoeira do Cal	Jamanxim				802
34	Cachoeira dos Paços	Jamanxim				528
35	Chacorão	Tapajós	3.336			
36	Jamanxim	Jamanxim				881
37	Jardim do Ouro	Jamanxim		227		
38	Jatobá	Tapajós		2.538		
39	São Luiz do Tapajós	Tapajós	6.133			
Bacia do rio Teles Pires						
40	Colider	Teles Pires				300
41	For do Apicás	Apicás		230		
42	São Manoel	Teles Pires		700		
43	Sinop	Teles Pires				400
44	Teles Pires	Teles Pires				1.820
Bacia do rio Tibagi						
45	Santa Branca	Tibagi				63
Bacia do rio Tocantins						
46	Marabá	Tocantins	2.180			
47	Fortaleza	Tocantins				86
Bacia do rio Uruguai						
48	Garibaldi	Uruguai				1.056
TOTAL			17.770	1.386	8.957	7.045
			51,9%	4,0%	23,5%	20,6%

(*) aproveitamento binocinator.

Em outro anexo, chamado de "Considerações Gerais", sobre o ofício da Funai, a EPE repudia o que chama de precedente e despropositada vinculação de projetos hidrelétricos de diferentes agentes e em diferentes etapas de licenciamento. Não há embasamento legal nessa colocação, mesmo que a Funai, como mencionado no item II, não tenha emitido um TR para o ECI da UHE Teles Pires.

Quanto aos índios isolados, objeto do item III desse mesmo anexo, a EPE atribui à Funai a culpa por não ter conseguido cumprir a exigência de elaborar o estudo relacionado aos índios isolados.

O Ibama também rejeita o RIMA

Em parecer técnico datado de 1º de abril de 2011, os analistas do Ibama rejeitam, também, RIMA da UHE São Manoel. A conclusão aponta inconsistências textuais e recomenda a devolução do RIMA para as devidas correções. Faltam justificativas sobre a alternativa estudada, faltam fundamentos que façam o leitor, leigo no assunto, entender a decisão de contruir a hidrelétrica e faltam explicações sobre a interação da UHE São Manoel com a UHE Teles Pires, rio acima.

Em 22 de julho de 2011, a EPE encaminha novamente o RIMA com as devidas correções para análise dos técnicos que se dão por satisfeitos e o aprovam em parecer de 27 de julho.

Neste momento, cabe perguntar o porquê de, diante de tantos problemas detectados nos estudos, o projeto estar liberado para ir a leilão.

O Ministério Público de MT se manifesta

Em ofício ao Ibama, de 25 de julho de 2011, o Promotor de Justiça de MT, Marcelo Caetano Vacchiano, comunicou a instauração do Inquérito Civil (IC) 068/2011 para acompanhar o licenciamento ambiental da UHE São Manoel e requisita cópia integral do processo e informação sobre alterações no projeto.

Em 29 de agosto, novamente o MP de Mato Grosso se pronuncia, ainda dentro do IC, no sentido de solicitar a realização de audiências públicas nos municípios que sofrerão influência da UHE São Manoel - Alta Floresta, Paranaíta e Jacareacanga.

Ibama aceita o EIA/RIMA e marca audiências públicas

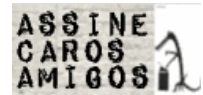
Depois de aceito o EIA/RIMA, o Ibama, dando continuidade ao processo de licenciamento ambiental da UHE São Manoel, marca as audiências públicas em Paranaíta (MT), Alta Floresta (MT) e Jacareacanga (PA) para os dias 22, 23 e 25 de outubro de 2011, respectivamente.

Em 7 de outubro de 2011, um ofício do Ibama, assinado pelo então presidente Curt Trennepohl, ao Palácio do Planalto, Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, José Elito C. Siqueira, em um procedimento inédito, solicita segurança nas Audiências Públicas. A alegação é a forte resistência apresentada pelos Mundurucu ao projeto da UHE São Manoel. Uma das competências do Gabinete de Segurança é o de coordenar atividades de inteligência federal e de segurança da informação.

Mas, em nota técnica de 19 de outubro de 2011, o Ibama concluiu que o tema "sinergias e cumulatividades entre os impactos da UHE São Manoel e da UHE Teles Pires" não está satisfatoriamente contemplado no âmbito do EIA e necessita mais complementações. Os técnicos pedem que o empreendedor complemente as lacunas apontadas na análise e as informações sobre os Efeitos Cumulativos e Sinérgicos dos Impactos da UHE São Manoel.

As audiências públicas seriam suspensas em 21 de outubro de 2011, em decisão proferida pelo Juiz Federal Paulo César Alves Sodré, da Subseção Judiciária de Sinop (MT), atendendo um pedido do MPF e do MP de Mato Grosso. Para desespero ainda maior da EPE, a suspensão das APs da UHE São Manoel, por decisão liminar, inviabilizaria a habilitação do projeto para o leilão de energia marcado para 20 de dezembro de 2011.

Em 7 de novembro de 2011, o Desembargador Federal, Olindo Menezes, derruba a liminar de suspensão das Audiências Públicas. Diante da reviravolta, a EPE tenta de urgência confirmar com o Ibama o agendamento de novas datas para a realização das APs, ainda em novembro, para viabilizar



o leilão da UHE São Manoel.

Continuo e finalizo este relato na Parte III, em que vou mostrar como a EPE joga sujo. Primeiro exigiu alteração e depois desqualificou autor e relatório antropológico complementar, requerido pela Funai e contratado pela própria EPE. O relatório avaliou as implicações da UHE São Manoel nas comunidades indígenas, em especial na Terra Indígena Kayabi.

Leia mais:

[Hidrelétrica São Manoel: Cronologia de mais um desastre - Parte I](#)

Telma Monteiro é ativista sócio-ambiental, pesquisadora, editora do blog <http://www.telmadmonteiro.blogspot.com.br>, especializado em projetos infra-estruturais na Amazônia. É também pedagoga e publica há anos artigos críticos ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil.



ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO EM QUI, 19 DE SETEMBRO DE 2013

A publicação deste texto é livre, desde que citada a fonte e o endereço eletrônico da página do Correio da Cidadania

Para ajudar o Correio da Cidadania e a construção da mídia independente, você pode contribuir clicando abaixo.



[Comente](#)